

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL: análise do Programa de Aquisição de Alimentos, no Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu/AP, Brasil

PUBLIC POLICIES FOR RURAL AREAS: an analysis of the Food Acquisition Program IN THE Anauerapucu Agroextractive Settlement, Amapá, Brazil

Elane de Lima Ferreira¹
Irenildo Costa da Silva²

¹ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: elaynnf25@gmail.com

² Instituto Federal do Amapá (IFAP). E-mail: irenildo.silva@ifap.edu.br

RESUMO: A pesquisa que deu origem a este artigo teve como objetivo analisar a forma como o Programa de Aquisição de Alimentos é operacionalizado no Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu, localizado no estado do Amapá, avaliando os avanços e as lacunas decorrentes da implantação dessa política pública. O estudo enfatiza a complexidade das experiências dos agricultores familiares, mostrando o envolvimento deles com o Programa de Aquisição de Alimentos. Metodologicamente, a pesquisa utilizou do método quali-quantitativa, com coleta de dados realizada entre junho e agosto de 2024, por meio de observação não participante e entrevistas, com a aplicação de formulário. No total, foram realizadas 32 entrevistas. O estudo revela a necessidade urgente de ações que melhorem a conexão dos agricultores com o mercado e a valorização da produção local, contribuindo para o fortalecimento da economia rural no assentamento.

Palavras-chave: Mercados institucionais. Amapá. Agricultura familiar.

ABSTRACT: The research underlying this article aimed to analyze how the Food Acquisition Program is implemented in the Anauerapucu Agroextractive Settlement, located in the state of Amapá, Brazil, assessing the advances and gaps resulting from the implementation of this public policy. The study emphasizes the complexity of family farmers' experiences, highlighting their involvement with the Food Acquisition Program. Methodologically, the research employed a mixed-methods approach, combining qualitative and quantitative methods. Data were collected between June and August 2024 through non-participant observation and interviews conducted using a structured questionnaire. A total of 32 interviews were carried out. The study reveals the urgent need for actions to improve farmers' access to markets and enhance the value of local production, thereby contributing to the strengthening of the rural economy in the settlement.

Keywords: Institutional markets; Amapá; Family farming.

Sumário: Introdução – 1 Políticas públicas para o meio rural – 2 O Programa de Aquisição de Alimentos no estado do Amapá – 3 Metodologia – Impacto e acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos pelas famílias no assentamento Anauerapucu – Considerações – Referências.

INTRODUÇÃO

A noção de política pública constitui uma construção complexa, composta por diversas perspectivas teóricas e conceituais, sem um conceito unificado (Quaresma; Freitas, 2023). As políticas públicas emergem como decisões governamentais voltadas a suprir necessidades específicas de grupos sociais, regulando ou influenciando setores críticos como saúde, educação e segurança

(Dallari, 2013). Com a inserção progressiva do universo marginalizado do meio rural brasileiro, ressalta-se a relevância das políticas públicas como instrumentos de fortalecimento do setor.

O fenômeno da 'agricultura familiar' assume destaque, sobretudo a partir da década de 1990. Essa denominação substituiu o conceito de 'pequeno produtor' nos debates acadêmicos e nas políticas públicas, com impacto direto na formulação de ações governamentais, notadamente após a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Silva, 2007). Esta mudança não se restringe à terminologia, mas demonstra reconhecimento da diversidade de práticas agrícolas e da importância social dessas atividades, compelindo uma reavaliação das estratégias de desenvolvimento rural e das ações públicas voltadas ao setor rural.

A gestão eficiente de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, revela-se decisiva para promover o equilíbrio entre crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e justiça social nas áreas rurais (Quaresma; Freitas (2023). Nesse sentido, as políticas direcionadas à agricultura familiar desempenham papel fundamental ao impulsionar a atividade econômica local e assegurar práticas sustentáveis e equitativas, consolidando o fortalecimento das comunidades rurais e promovendo um desenvolvimento mais inclusivo.

A agricultura familiar, ao longo do tempo, transcendeu sua dimensão estritamente produtiva, tornando-se elemento central das políticas públicas, que abrangem aspectos econômicos, sociais e ambientais (Perin, 2021). Essa reformulação de paradigma implica em uma compreensão mais ampla do setor agrícola, considerando o impacto social das atividades rurais na qualidade de vida das famílias e na sustentabilidade do meio ambiente. Tal mudança assinala avanços na abordagem holística do desenvolvimento rural.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) revelam que, naquele ano, 77% dos 5,073 milhões de estabelecimentos rurais pertenciam à agricultura familiar. Embora com o predomínio numérico, há uma disparidade significativa na composição da receita de produção, com a agricultura não familiar concentrando maior volume financeiro devido à escala de produção e ao uso de técnicas mecanizadas, muitas vezes pouco sustentáveis. Em 2017-2018, a agricultura familiar gerou R\$ 106,5 bilhões, representando 23% do total, enquanto

a não familiar produziu R\$ 355,9 bilhões, evidenciando que, embora seja maioria em número, essa modalidade enfrenta dificuldades relativas à produtividade e ao rendimento econômico (IBGE, 2017).

Desde a década de 1990, diversas políticas públicas têm sido implementadas para fortalecer a agricultura familiar. Destacam-se o PRONAF, o crédito rural, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que reconhecem a importância social e econômica dessa dinâmica setorial. Contudo, no contexto amapaense, mesmo frente a tais iniciativas, persistem lacunas na operacionalização dessas políticas (Quaresma; Freitas, 2023). Assim, a pesquisa que embasou este artigo propôs analisar especificamente o PAA, buscando compreender sua operacionalização no Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu, situado no município de Santana/AP.

O assentamento está situado a cerca de 25 quilômetros da capital do estado, Macapá, e pode ser acessado pela rodovia AP-020 ou por via fluvial, pelos rios Amazonas, Vila Nova e Igarapé Anauerapucu. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), residiam no assentamento, em 2021, 518 famílias (INCRA, 2021), as quais cultivam, entre outras culturas: mandioca, milho e hortaliças. Os agricultores, também, realizavam o extrativismo, principalmente do açaí, e a criação de animais de pequeno e médio porte (Silva; Filocreão, 2016).

1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL

O meio rural, revela-se como uma tapeçaria vibrante de atores sociais múltiplos, cuja ação coletiva e complexas relações moldam sua estrutura. Trabalhadores rurais, camponeses sem terra, assentados e agricultores familiares participam de uma trama cuja narrativa diária impõe a configuração do campo brasileiro. Essa dinâmica constrói um mosaico de atividades produtivas que constitui, simultaneamente, uma rede de conexões socioeconômicas complexas (Leite, 2004).

Diante desse cenário, o reconhecimento do meio rural e o fortalecimento de suas instituições, tornaram-se objetivos centrais nas políticas públicas brasileiras. A institucionalização do PRONAF, em 1996, simbolizou um marco nesse processo ao institucionalizar a agricultura familiar como uma categoria social

autônoma. Nesse momento desafiou a abordagem tradicional do Estado, impulsionou uma reconfiguração das estratégias de desenvolvimento rural (Sartori, 2008). Como demonstra o Censo Agropecuário, de 2017, a agricultura familiar respondeu por 77% dos estabelecimentos rurais do país, gerando 23% do valor total da produção agropecuária e emprega 67% da força de trabalho do setor, o que sublinha sua relevância estrutural (IBGE, 2017).

Antes da década de 1990, persistiam lacunas na formulação de políticas públicas abrangentes que considerassem de fato as especificidades econômicas e sociais da agricultura familiar. Assim, o PRONAF emergiu como a primeira resposta efetiva, oferecendo crédito subsidiado, com modalidades ajustadas à renda dos agricultores, configurando uma inovação na política de desenvolvimento rural (Silva; Grossi; França, 2011). Essa iniciativa abriu possibilidades para a criação de novas ações governamentais voltadas à sustentabilidade da produção familiar, abrangendo mecanismos de sustentação de preços, garantia de mercado e assistência técnica.

Decorrente desse contexto, o governo instituiu, em 2003, o PPA; em 2004, o Seguro Agrícola Familiar (SEAF) e, em 2006, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Essas políticas agrícolas passaram a ser moldadas por um processo de diálogo contínuo entre gestores públicos e representantes da agricultura familiar. Um canal de comunicação essencial foi estabelecido por meio das discussões anuais para a definição dos Planos Safra da Agricultura Familiar (Grisa; Schneider, 2014).

Em adição, a criação do PNAE, em 2009, revelou-se um instrumento estratégico de integração da agricultura familiar ao mercado institucional, possibilitando que produtores vendessem seus produtos para o abastecimento de escolas públicas em todo o país. Assim, a relação entre o programa e a agricultura familiar, além de fortalecer a economia local, contribui para a consolidação de uma cadeia produtiva mais sustentável (Santos, 2020b).

A retomada da ATER, implementada, em 2010, representou um passo decisivo na amplificação do apoio institucional aos agricultores familiares (Quaresma; Freitas, 2023). Essa política atua como um elo fundamental entre centros de pesquisa agropecuária e produtores rurais, promovendo a introdução de novas tecnologias e o aumento da eficiência produtiva (Batista, 2018). A ATER,

portanto, não apenas apoia os agricultores em suas atividades diárias, mas também, impulsiona a inovação e o progresso no setor agrícola.

Considera-se que a implementação das políticas públicas para o meio rural é essencial para transformar a realidade das famílias agricultoras e promover melhorias em suas condições de vida. Assim, a operacionalização dessas políticas deve ser cuidadosamente planejada e executada, garantindo que os recursos cheguem de fato aos agricultores familiares e às comunidades rurais que mais necessitam de apoio.

Nesse cenário, embora avanços tenham sido alcançados ao longo dos anos, lacunas persistem na operacionalização de tais políticas, especialmente no Amapá. Pois a conexão entre agricultores e mercado se encontra fragilizada, demonstrando necessidade de reavaliação e reforço dessas ações (Quaresma; Freitas, 2023). Assim, a ausência de uma abordagem integrada, capaz de contemplar as especificidades regionais, compromete a eficiência do conjunto de políticas existentes.

A falta de assistência técnica adequada, a dificuldade de escoamento da produção e a valorização insuficiente dos produtos locais (Freitas, 2021; Quaresma; Freitas, 2023) são desafios que precisam ser enxergados, debatidos e solucionados. Portanto, é imperativo que as políticas públicas sejam adaptadas e ampliadas, promovendo uma abordagem mais integrada que considere as especificidades regionais e as necessidades particulares de cada comunidade.

Embora as políticas públicas apresentem um discurso voltado à organização dos trabalhadores rurais, suas práticas muitas vezes não respondem às demandas concretas dos agricultores. No que se refere às tarefas de preparo da terra, produção, escoamento e inserção de produtos no mercado, a distância entre as ações propostas e as necessidades reais se mantém significativa (Melo; Scopinho, 2018).

O descompasso entre tais políticas e as demandas locais adquire várias origens. Primeiramente, muitas iniciativas são elaboradas sem uma compreensão aprofundada das realidades regionais, falhando na abordagem das particularidades de cultivo e de mercado. Paralelamente, a insuficiência de diálogo efetivo entre formuladores de políticas e agricultores favorece a exclusão de vozes essenciais ao aprimoramento das ações. A limitação de recursos financeiros e técnicos,

também, restringe a capacidade dos agricultores de atender às suas próprias demandas, enquanto a fragmentação da intervenção governamental e social, por sua vez, dificulta a existência de ações coordenadas, muitas vezes até conflitantes, que deixam de resolver problemas essenciais.

O sucesso na execução de políticas públicas depende de fatores multifacetados que devem atuar em harmonia (Santos, 2020a). Apesar do desafio inerente a essa tarefa, ela se revela possível mediante certas condições, principalmente a clareza de objetivos e a construção de uma visão compartilhada entre os atores envolvidos. Destaca-se, ainda, a importância de parcerias colaborativas, nas quais cada participante reconhece suas responsabilidades e contribui de maneira efetiva para o êxito das ações.

2 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTADO DO AMAPÁ

O PAA foi instituído inicialmente por uma medida provisória, em 2003, e posteriormente convertida na Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. É importante ressaltar que sua implementação foi fruto das demandas da sociedade civil organizada, de acadêmicos e de movimentos sociais que, especialmente durante a década de 1990, clamaram por políticas públicas que apoiassem a agricultura (Grisa et al, 2010). O PAA foi criado com o objetivo de conectar a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar, beneficiando a população em situação de vulnerabilidade social.

Embora tenha sido concebido como uma ação estruturante dentro do Programa Fome Zero, o PAA enfrentou desafios em seus primeiros anos. Mudanças políticas, como a extinção do programa mesa e a percepção do PAA como ‘projeto piloto’ pelas organizações da agricultura familiar, contribuíram para uma implementação inicial mais tímida (Muller, 2007).

Após romper com importantes barreiras institucionais (como a Lei de Licitações), o PAA desencadeou, para a agricultura familiar, uma nova trajetória nos mercados institucionais. A visibilidade nacional e internacional ampliada do programa, catalisada por sua expansão bem-sucedida e pelo debate concomitante sobre mercados socialmente construídos no Brasil, posicionou-o decisivamente como um modelo paradigmático digno de replicação ou exportação para outros países, promovendo assim um impacto transformador no setor agrícola e

sublinhando os imperativos do desenvolvimento inclusivo do mercado (Wilkinson, 2008).

O PAA é composto por seis modalidades: a compra com doação simultânea, formação de estoques, compra direta, PAA Leite, compra institucional e aquisição de sementes. Cada modalidade tem seus próprios objetivos e limites anuais de orçamento (Santos, 2020a). Em 2023, segundo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), o PAA encerrou o ano com mais de R\$ 1 bilhão investido na aquisição direta de 163.675 toneladas de alimentos provenientes da agricultura familiar (SESAN, 2024). Além disso, a implementação do PAA ocorre em diferentes níveis, estadual e municipal (Quadro 1), cada um adaptando as diretrizes nacionais às suas especificidades.

Quadro 1- Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos nos níveis Estadual e Municipal: Estruturas, Beneficiários e Desafios

Aspecto	PAA Estadual	PAA Municipal
Escopo da Operação	Atende múltiplas regiões dentro do estado.	Focado em necessidades específicas de uma única cidade ou comunidade.
Gestão e Coordenação	Coordenado pelo estado em parceria com a Conab; supervisão das diretrizes nacionais.	Executado diretamente pela prefeitura, com parcerias locais.
Beneficiários	Abrange uma população maior, considerando diversas cidades.	Focado em grupos vulneráveis locais e comunidades específicas.
Modos de Implementação	Ações adaptadas a necessidades regionais, como formação de estoques.	Implementação variada, com programas como feiras de alimentos e distribuição direta.
Desafios e Recursos	Enfrenta burocracia e coordenação entre diferentes órgãos governamentais.	Possui limitações orçamentárias e de capacidade institucional.

Fonte: Adaptado de Perin et al, 2023.

De janeiro a maio de 2024, o PAA alcançou um investimento de R\$ 117,42 milhões por meio da modalidade de compra com doação simultânea (Agência gov. 2024). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA, 2023), em seu contexto histórico, o programa alcançou importantes realizações, com investimento de mais de R\$ 8 bilhões na compra de alimentos, a participação de mais de 500 mil agricultores familiares e o atendimento a cerca de

8 mil entidades por ano, com o fornecimento de alimentos. Durante sua evolução, o PAA sofreu várias alterações e adaptações em seus aspectos legais e institucionais (Figura 1), tanto em resposta às diretrizes dos órgãos de controle, quanto para otimizar a execução dessa política pública (Perin et al, 2023).

Figura 1 - Ampliação do escopo do Programa de Aquisição de Alimentos por meio de seus atos normativos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Com a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 foi instituído o Grupo Gestor do PAA, composto por representantes do Poder Executivo federal, além de membros da sociedade civil e entidades relevantes, com participação definida em regulamento. A nova legislação enfatiza a participação social e a regulação das aquisições, permitindo que o executivo federal, estadual, distrital e municipal adquira alimentos diretamente de beneficiários, sem necessidade de licitação, desde que respeitadas as condições orçamentárias e os preços de mercado. Além disso, a lei estabelece limites para as aquisições de alimentos por unidade familiar, cooperativas e organizações da agricultura familiar, com o objetivo de fortalecer o apoio a pequenos agricultores e comunidades vulneráveis (Brasil, 2023).

No Amapá, o PAA está em operação desde 2009, abrangendo todos os 16 municípios. Sua principal atuação consiste na compra direta de alimentos produzidos localmente, que são destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Essa iniciativa é viabilizada por meio de uma parceria entre o governo federal, o Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do

Amapá (RURAP) e a Secretaria de Estado de Assistência Social do Amapá (SEAS/AP) (RURAP, 2024).

O funcionamento do PAA no Amapá é organizado em várias etapas. A primeira é a adesão, onde municípios que desejam participar do programa devem firmar termos de adesão com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Em seguida, ocorre a chamada pública, onde o RURAP realiza convocações para que os agricultores familiares possam apresentar suas propostas de fornecimento de alimentos. Após a apresentação das propostas, passa-se para a etapa de seleção, onde se define quais agricultores serão contemplados com a compra dos alimentos. A fase seguinte é a compra e doação, na qual a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) acompanha a entrega dos alimentos aos beneficiários.

A distribuição dos alimentos é feita pelas entidades socioassistenciais, a exemplo, hospitais, instituições filantrópicas, organizações não governamentais e abrigos, que se encarregam de repassá-los às famílias em situação de vulnerabilidade social, geralmente identificadas por meio do cadastro único para programas sociais (cadÚnico), além de critérios definidos pelo MDS, com insegurança alimentar e baixa renda, garantindo, assim, a segurança alimentar da população amapaense. Além disso, o governo do Amapá organiza feiras do PAA em diversos locais do estado, facilitando a comercialização dos produtos e a distribuição aos beneficiários.

No que diz respeito à participação no programa, há diferentes grupos envolvidos. Os agricultores familiares incluem assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais e comunidades indígenas e quilombolas. As entidades socioassistenciais consistem em organizações filantrópicas, escolas, hospitais, abrigos e outras instituições que atuam na área da assistência social. Por fim, as famílias em situação de vulnerabilidade são aquelas cadastradas no CadÚnico, com prioridade para as famílias beneficiárias do Bolsa Família.

3 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem quali-quantitativa (Proetti, 2017), para a análise do PAA no assentamento Agroextrativista Anauerapucu. A pesquisa utilizou procedimentos de observação participante e entrevistas semi-estruturadas

com os agricultores do assentamento. A técnica de coleta de dados principal consistiu na realização de entrevistas, cuja importância se destaca pela riqueza da história oral como instrumento de pesquisa (Suzuki; Martins, 2015). Assim, as entrevistas não apenas complementam dados escritos, mas também, representam documentos valiosos, capazes de revelar os sentidos e interpretações que os sujeitos atribuem às suas experiências sociais, econômicas e políticas.

A coleta de dados ocorreu entre 26 de junho e 20 de agosto de 2024. Foram realizadas 32 entrevistas, selecionadas a partir de critérios definidos previamente: residir e trabalhar no assentamento, participar ou não das políticas públicas analisadas e estar envolvido em atividades produtivas locais. Buscou-se diversidade de gênero, faixa etária e tempo de residência, a fim de captar diferentes perspectivas sobre o programa. Além disso, foram realizadas duas entrevistas no RURAP. O formulário de entrevista foi organizado em blocos temáticos, abordando produção agrícola, canais de comercialização, acesso às políticas públicas e percepções sobre o PAA.

No que concerne aos dados coletados em campo, estes foram organizados e sistematizados em bancos de dados (pasta no drive), por meio de planilhas, arquivos de texto, áudio, vídeos e imagens. A partir desses registros, chegou-se aos resultados. A pesquisa não apenas documentou as realidades locais, mas também, propôs reflexões críticas sobre a capacidade do PAA em atender às necessidades e especificidades dos agricultores familiares, instaurando um diálogo entre teoria e prática.

Para preservar a identidade dos participantes, os agricultores serão citados utilizando a nomenclatura 'agricultor' ou 'agricultora' seguido de letras do alfabeto, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações. Enfatiza-se que todos os participantes da pesquisa concordaram voluntariamente em participar mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as diretrizes das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), conforme o parecer consubstanciado nº 7.105.355, garantindo o respeito à ética e à confidencialidade dos dados coletados.

4 IMPACTO E ACESSO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PELAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO ANAUERAPUCU

No assentamento Agroextrativista Anauerapucu, as hortaliças representam o carro-chefe da produção. Além delas, os agricultores cultivam, principalmente, banana, limão, milho, mandioca (para a produção de farinha), laranja e goiaba. Destaca-se, também, o extrativismo de açaí e criação de aves, sobretudo de galinhas, o que proporciona a diversidade produtiva. A multiplicidade de fontes impulsiona a renda familiar, ampliando as possibilidades de venda e assegurando a continuidade do fornecimento de produtos essenciais para o sustento da família.

Esse contexto confirma que a agricultura familiar transcendeu sua dimensão estritamente produtiva e se tornou elemento central das políticas públicas, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais (Perin, 2021). Esse argumento dialoga com a necessidade de políticas capazes de equilibrar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e justiça social, evidenciada na diversidade produtiva observada no assentamento (Quaresma; Freitas, 2023).

O quadro 2 evidencia os canais de comercialização utilizados no assentamento. Sendo que a comercialização constitui etapa de grande expectativa para os agricultores, pois seus resultados influenciam planos de investimento e demandam análises precisas sobre os produtos, além de facilitarem o acesso ao consumo familiar e à manutenção das atividades agrícolas (Silva, 2023).

Quadro 2 - Canais de comercialização utilizados pelos agricultores do assentamento Anauerapucu/AP

Canais de comercialização	Quantidade de agricultores
Feira do Produtor	30
Intermediário (atravessador)	4
Mercadinho	22
Mercado Institucional	26

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A diversificação dos canais de comercialização se revela fundamental para a sustentabilidade da renda familiar no contexto agrícola. Os dados indicam que todos os entrevistados participam da feira do município de Santana/AP, conhecida como feira do produtor, configurando uma estratégia comum entre as famílias.

Destaca-se que as feiras exercem papel estratégico na comercialização de produtos da agricultura familiar, atuando como espaços que ampliam as oportunidades de venda e fortalecimento de vínculos com os consumidores (Ribeiro et al, 2005). Neste sentido Freitas (2021) afirma que

Quando o produtor é o próprio feirante, nota-se existir um canal de comercialização curto ou direto, uma vez que, ele mesmo fará a venda, diretamente ao consumidor, nas feiras livres. Tradicionalmente, as feiras livres cumprem essa função de canal curto de comercialização em parte importante dos municípios brasileiros (Freitas, 2021, p. 32).

Embora a feira seja um meio essencial e amplamente utilizado para a comercialização entre os agricultores do assentamento, é importante ressaltar que, segundo eles, existem desafios que são enfrentados durante o processo de comercialização. A feira, ilustrada na Figura 1, realiza-se semanalmente, às segundas-feiras, configurando-se como um espaço regular de troca e venda, embora sua dinâmica exija estratégias para superar obstáculos como a volatilidade de demanda e a concorrência local.

Figura 1 - Feira do produtor rural do município de Santana/AP



Fonte: Acervo dos autores, 2024.

A Figura 1, não apenas ilustra o espaço físico de comercialização, evidencia, também, o papel estratégico das feiras como canais de integração entre agricultores e consumidores. As dinâmicas dos mercados institucionais e feiras

locais fortalecem a economia rural e consolidam cadeias produtivas sustentáveis (Santos, 2020a). De acordo com os agricultores, a comercialização na feira do município não proporciona a venda de toda a produção, o que é expresso na fala da agricultura A “Da feira não tá dando para nada, esses dias os produtos que estão indo, tá voltando tudo. Aqui a gente se salva porque tem uma entrega aqui, outra ali. Porque se a gente fosse viver só da feira, tava passando fome”.

É incontestável que depender exclusivamente de um único mercado não é uma estratégia assertiva para os agricultores. O relato enfatiza a necessidade de diversificação dos canais de venda, que garantam a comercialização de toda a produção ofertada. Ao explorar mercados alternativos, como os institucionais ou programas de agricultura apoiada pelo Estado, os agricultores aumentam suas chances de vender seus produtos, reduzindo o desperdício de alimentos e incrementando sua renda.

As dificuldades relatadas pelos agricultores em acessar mercados mais amplos expõem o descompasso entre políticas públicas, propostas e demandas concretas do setor rural (Melo; Scopinho, 2018). Além disso, esse achado confirma a constatação de que a agricultura familiar, embora numericamente predominante, enfrenta barreiras estruturais que restringem sua competitividade (Sartori, 2008; IBGE, 2017). Outro canal de comercialização acessado é aquele realizado com os atravessadores ou intermediários, principalmente pelos agricultores que produzem açaí. Esse canal tende a provocar alteração na dinâmica de vendas, resultando em menor controle sobre os preços e margens de receita para os produtores.

A presença de atravessadores, muitas vezes, prejudica o desenvolvimento da agricultura familiar (Ueno et al, 2016). Isso enfraquece as políticas públicas de incentivo ao comércio de produtos agrícolas familiares, deixando os agricultores isolados e sem acesso direto aos mercados. A venda para intermediários, por preços mais baixos, limita a possibilidade dos agricultores auferirem melhor receita com a venda diretamente aos consumidores (Freitas, 2021).

Por sua vez, a comercialização em mercadinhos, mencionado por 22 entrevistados, destaca a significância desse canal para os agricultores. Pois, os pequenos mercados são caracterizados pela venda de produtos frescos, não embalados e naturais, que atendem às necessidades dos consumidores locais (Araújo, 2011). De maneira geral, os mercadinhos fornecem uma opção mais

acessível e conveniente para os agricultores familiares comercializarem seus produtos, permitindo que eles alcancem os consumidores com mais facilidade. Como resultado, os mercadinhos desempenham papel importante no apoio à economia local e no fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Quanto ao mercado institucional, este vem se destacando no assentamento por fornecer, segundo os agricultores, uma saída estável e confiável para os produtos, por meio do PAA. Já que o programa tem proporcionado significativo avanço na qualidade de vida dos agricultores familiares, permitindo o aumento de renda e abrindo novas oportunidades para investimentos, além de incentivar o desenvolvimento econômico e social das populações rurais (Ueno *et al*, 2016). Confirmando-se o papel estratégico dos mercados institucionais, considerando que tais espaços se revelam decisivos para fortalecer a economia local e consolidar cadeias produtivas sustentáveis (Santos, 2020a).

No Amapá, houve aumento dos valores no PAA entre 2022/2023 e 2023/2024. No PAA 2023/2024, o valor individual que poderia ser comercializado pelos agricultores familiares aumentou de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil. Além disso, o governo do Amapá investiu mais recursos no PAA em 2024, na ordem de R\$ 10,4 milhões, enquanto o investimento no PAA 2022/2023 foi de R\$ 1,3 milhão. Os produtos adquiridos por meio do programa são estrategicamente distribuídos por meio da SEAS/AP, alcançando mais de 434 entidades socioassistenciais em todo o Estado. A elevação no orçamento do programa, por meio da Lei nº 14.628/2023, ampliou a capacidade de compra e reforçou o reconhecimento da importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

O município de Santana, onde está localizado o assentamento, recebeu R\$ 1.300.000,00 para executar o programa, beneficiando 93 agricultores do município, dentre eles, 26 do Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu, os quais, no conjunto, acessaram um total de R\$ 372.853,00 (RURAP, 2024). A elevação no orçamento do programa, por meio da Lei nº 14.628/2023, não apenas ampliou a capacidade de compra, mas, reforçou o reconhecimento da importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

É relevante pontuar que o planejamento das feiras de entrega de produtos para o programa, no estado, foi baseado em sugestões dos próprios agricultores, conforme afirma o coordenador do PAA no Amapá. Assim, a feira do PAA serve

como ponto de entrega, onde os agricultores familiares trazem seus produtos para serem vendidos diretamente ao programa. Após essa coleta, os alimentos são repassados às entidades socioassistenciais, que têm a responsabilidade de distribuir os produtos às famílias em situação de vulnerabilidade social. Esse contexto é expresso na fala do coordenador do PAA no Estado.

Antes da gente começar as feiras, a gente faz uma reunião geral dos agricultores e a gente colhe deles informações. Como é que a gente vai trabalhar esse recurso? Tem condição de fazer feira toda semana? Não tem condição de fazer? Então a gente precisa ouvir o agricultor para saber se toda semana ele vai ter aquele produto que ele se comprometeu na proposta para entregar para a feira. A gente acaba tirando uma conclusão ou fazendo um calendário de feira, e a gente consegue fazer a feira a cada 15 dias, que é o tempo que o agricultor tem para colher, entregar, e ele tem mais 15 dias para poder produzir, para entregar para a feira seguinte (entrevista com o coordenador do PAA no município de Santana, 2024).

Essa abordagem centrada no agricultor assegura que o PAA seja adaptado para atender às necessidades e preferências dos seus beneficiários. Considerando isso, no lançamento do edital para o ano de 2024 foi criado um calendário para as feiras (Figura 3) do PAA, o qual iniciou em fevereiro e foi concluído em novembro. O calendário definiu as datas específicas para cada feira, garantindo um processo estruturado e organizado para todos os agricultores envolvidos.

Figura 3 - Feira do PAA, em 21/08/2024, com agricultores do assentamento e comunidades próximas



Fonte: Acervo dos autores, 2024.

De maneira geral, o PAA se apresenta como um contributo significativo para a renda familiar dos agricultores no assentamento. Ao assegurar a mediação direta entre produção e consumo, o programa permite que os agricultores obtenham melhores preços por seus produtos, promovendo maior sustentabilidade econômica e social no meio rural (Grisa, et al, 2009).

A estruturação do PAA permite que os agricultores planejem e organizem sua produção de acordo com as necessidades do programa, garantindo uma entrega organizada dos produtos. Além disso, o calendário ajuda a reduzir a incerteza e a ansiedade dos agricultores, proporcionando-lhes um sentido de segurança e estabilidade na comercialização.

Quando os agricultores foram questionados sobre os pontos positivos do PAA, indicaram quatro aspectos favoráveis. O primeiro, diz respeito à redução da burocracia para acessar o programa (dispensa de licitação). O segundo, refere-se ao pagamento do programa em dia, proporcionando aumento na renda durante a execução do programa e ampliação da produção, o que é constatado no relato do agricultor B “[...] Melhorou muito quando eu recebi o dinheiro do PAA, porque eu investi na minha plantação. Trabalhava com três tarefas, hoje trabalho com quatro. Consegui pagar mão de obra e ainda fiquei com um pouco de dinheiro”.

O terceiro aspecto positivo tem relação com o aumento do orçamento do programa para o ano de 2024, alinhado com os objetivos da nova lei que institui e regulamenta o programa. Tal aumento está em sintonia com o planejamento de expansão da produção e investimento dos agricultores, como citado pelo agricultor C “o dinheiro (pago pelo PAA) vai me ajudar a investir na minha plantação e reformar a casa”. Na mesma direção, com a previsão de aumentar sua venda para o programa, o agricultor D menciona “[...] esse valor vamos investir na produção para aumentar”.

Por fim, o quarto ponto positivo indicado tem relação com o aumento da receita das famílias, a garantia de venda para o programa e consequentemente o acesso de mais agricultores. Os dados de campo indicam que, em 2024, houve aumento de 30% na adesão ao programa em comparação a 2023. Fatores como maior segurança financeira e simplificação na logística de escoamento dos produtos contribuíram para esse aumento.

Entretanto, embora o programa tenha avanços significativos em sua operacionalização, é importante ressaltar que ainda existem obstáculos que precisam ser superados para que tal política alcance de forma mais assertiva o fortalecimento da agricultura familiar no assentamento agroextrativista do Anauerapucu. A Figura 4, referente ao transporte da produção, revela as dificuldades logísticas enfrentadas pelos agricultores do assentamento, a precariedade das condições de transporte restringe o escoamento e a valorização dos produtos. A imagem permite compreender como fatores estruturais impactam diretamente a operacionalização do PAA.

Figura 4 - Transporte da produção do Anauerapucu à feira do PAA



Fonte: Acervo dos autores, 2024.

A precariedade das condições do transporte foi citada não somente pelos entrevistados, como também, pelo coordenador do programa no Amapá, o qual relatou que, em 2014, o governo federal repassou 16 caminhões novos ao estado, os quais foram distribuídos entre as prefeituras para uso nas feiras do PAA e atividades agrícolas. Segundo o coordenador, algumas prefeituras (incluindo a do município de Santana) não estão cumprindo o acordo de manutenção e disponibilidade dos caminhões. A esse respeito o coordenador explica que

É um dos maiores desafios do RURAP trabalhar o PAA não só no estado todo, mas especificamente no município de Santana, por

causa da questão do transporte da produção dos agricultores até o ponto de entrega. O caminhão deveria fazer esse transporte. Ele está sem manutenção e acaba deixando os agricultores aí, sem ter condição de trazer os produtos para a feira (entrevista com coordenador do PAA no município de Santana, 2024).

A falta de apoio efetivo da prefeitura na logística de transporte e a ausência de veículos próprios para escoar a produção são dois dos principais desafios enfrentados pelos agricultores, o que demanda maior apoio governamental para garantir infraestrutura adequada, como transporte de qualidade e melhoria nos ramais do assentamento, os quais estão comprometidos por condições adversas, com o desafio de lama no inverno e poeira e buracos no verão.

Outro gargalo pontuado pelos entrevistados é a deficiência na oferta dos serviços de assistência técnica. A principal demanda dos agricultores é a orientação para o combate de pragas e doenças nos cultivos, o que tem causado perda nos cultivos. Essa situação afeta a previsibilidade da produção, pois para garantir a entrega dos produtos, de forma efetiva, é necessário um acompanhamento desde o plantio até a entrega final. A falta de assistência técnica adequada desestimula a adesão ao PAA, uma vez que os agricultores se sentem inseguros em relação à sua capacidade de produzir alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às demandas do programa.

No Brasil, a assistência técnica para os estabelecimentos agropecuários familiares é, notavelmente, escassa. E houve diminuição no acesso à orientação técnica por parte dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, conforme evidenciado nos censos agropecuários de 2006 e 2017 (Pereira; Castro, 2020). Apenas 20,2% dos estabelecimentos declararam ter recebido algum tipo de orientação técnica em 2017, representando leve redução em relação a 2006, quando esse percentual era de 22,1%. Na região Norte, onde está localizado o estado do Amapá, a proporção de estabelecimentos que receberam orientação técnica foi de 15,5%, em 2006, caindo para 10,4%, em 2017.

A falta de assistência técnica adequada compromete a produtividade e impacta negativamente a agricultura familiar (Quaresma; Freitas, 2023). Tal fato revela a necessidade urgente de ações que garantam serviços de assistência técnica para os agricultores no assentamento. De acordo com o coordenador municipal do PAA, a falta desses serviços está ligada à necessidade de

infraestrutura no RURAP. O coordenador reconhece que os serviços de assistência técnica configuram um componente-chave do PAA ao afirmar que

O que falta para que o RURAP consiga fazer um trabalho de excelência e fazer assistência técnica com agricultores é **melhorar a parte da logística, a estrutura**. Por exemplo, toda vez que o técnico vai em campo, ele traz demanda, só que a gente **não tem estrutura para executar essa demanda**. [...] **Não tem um material adequado, não tem combustível para se locomover. Quando a gente faz o programa do PAA, faz todo o cadastro do agricultor, a gente precisa fazer todo o acompanhamento desse agricultor**. Não é só pegar no dia de entrega (feira). Após esse trabalho também é necessário voltar às propriedades, fazer um acompanhamento com o agricultor, saber se o que ele está produzindo é o que ele está entregando na feira do PAA. Então, todo esse trabalho tem que ser feito, tem que ser um **trabalho contínuo**, porque são famílias que estão no programa e precisam de um acompanhamento. (entrevista com coordenador do PAA do município de Santana-AP, 2024, grifo nosso).

A aproximação entre as sugestões dos agricultores e as propostas técnicas se apresenta como importante para proporcionar a operacionalização do PAA de maneira mais próxima da realidade no assentamento. Ao ouvir os agricultores e alinhar as estratégias de melhoria é possível criar um ambiente de maior adesão ao programa.

A análise do cenário demonstra que a operacionalização do PAA no assentamento Anauerapucu enfrenta limitações significativas. Embora tenha aspectos positivos notáveis, persiste problemas relacionados à insuficiência de infraestrutura, assistência técnica e logística de transporte, que comprometem a efetividade do programa. Portanto, faz-se necessário realizar revisão aprofundada dos mecanismos de acesso ao PAA, incorporando diálogo construtivo com os agricultores e servidores envolvidos. Essa abordagem colaborativa é fundamental para garantir que as adaptações no programa impactem de forma substancial o fortalecimento da agricultura familiar e promovam o desenvolvimento rural, não apenas no assentamento em questão, mas também, em todo o estado do Amapá.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa evidenciou que a agricultura familiar no assentamento Anauerapucu é marcada pela diversidade produtiva e pela centralidade dos

mercados institucionais. Entre os trinta entrevistados, todos utilizam a feira do produtor como principal canal de comercialização; 86,6% acessam o PAA, 73,3% vendem em mercadinhos locais e 13,3% recorrem a intermediários. Esses percentuais demonstram a importância do programa e revelam limitações estruturais que restringem o escoamento e a valorização da produção.

Para ampliar o impacto do PAA no assentamento, é decisivo investir em transporte adequado e em assistência técnica constante. Com melhores condições logísticas, os agricultores reduzem perdas e entregam seus produtos no prazo. A assistência técnica aprimora práticas agrícolas, enfrenta pragas e doenças e eleva produtividade e qualidade dos alimentos.

Outra medida consiste em aumentar o valor destinado a cada agricultor, conforme sugerido por representantes do programa e técnicos do RURAP. Com mais recursos, os agricultores investem em insumos, equipamentos e transporte próprio, fortalecendo o escoamento e a comercialização. Além disso, a criação de um sistema de *feedback* entre agricultores e gestores, por meio de reuniões regulares e fóruns de discussão, favorece ajustes às realidades locais. Por fim, embora o PAA já tenha impactos positivos no assentamento, melhorias estruturais e logísticas, aliadas à maior participação dos agricultores na gestão, ampliam resultados. Ouvir as percepções dos agricultores e adaptar o programa às necessidades locais assegura efetividade e continuidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. **Do campo ao prato: o Programa de Aquisição de Alimentos no combate à fome.** Publicado em 07 jul. 2024. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/do-campo-ao-prato-os-elos-do-paa-no-combate-a-fome-no-brasil>. Acesso em: 7 out. 2024.

ARAÚJO, H. O. S; FIRETTI, R; RÓS, A. B; NARITA, N. Os principais sistemas de comercialização de hortaliças. **Pesquisa & Tecnologia**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2011.

Doi: [10.13140/RG.2.2.17681.38246](https://doi.org/10.13140/RG.2.2.17681.38246). Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/336013348_OS_PRINCIPAIS_SISTEMAS_DE_COMERCIALIZACAO_DE_HORTALICAS. Acesso em: 7 out. 2024.

BATISTA, A. J. **Políticas de extensão rural no Estado do Amapá: história, discurso e prática extensionista.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.unifap.br/items/85558648-eb49-4078-bc1e-10033c2b5100>. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.696**, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.628**, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14628.htm. Acesso em: 7 out. 2024.

DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

FREITAS, N. S. **Canais de comercialização para agricultores familiares do Assentamento do Anauerapucu, Santana, Amapá**: interface com a pandemia da Covid-19. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.unifap.br/items/f5cfda3a-fabf-45b9-ab5f-1aa62f30099a/full>. Acesso em: 7 out. 2024.

GRISA, C; GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, p. 65-79, 2010. Disponível em:

https://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1316-03542010000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 out. 2024.

GRISA, C; SCHMITT, C. J; MATTEI, L. F; MALUF, R. S; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos De Assentamentos**, 13(1), 137-170. Doi:

<https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2010.v13i1.69>.

Disponível em:

<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69>. Acesso em: 7 out. 2024.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2024.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. Brasília, DF: INCRA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reformaagraria/assentamentosgeral.pdf>.

Acesso em: 20 abr. 2024.

LEITE, S. P. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Unesp, 2004.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **O PAA está de volta**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2023/03/o-paa-esta-de-volta>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 61-84, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2024.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11006>. Acesso em: 7 out. 2024.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Assistência técnica e extensão rural no Brasil: uma análise do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 24, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/3122370b-8af7-4af7-867b-43ea9b422968/content>. Acesso em: 7 out. 2024.

PERIN, G.; ALMEIDA, A. F. C. S.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C.; SAMBUICHI, R. H. R. A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos: trajetória de implementação, benefícios e desafios. In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, S. P. (Orgs.). **Vinte anos de compras da agricultura familiar**. Brasília: Ipea, 2023. p. 235-306. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/items/46958010-e5f6-4838-9d84-298bc819474e>. Acesso em: 7 out. 2024.

PERIN, G. O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 33-35, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9075>. Acesso em: 7 out. 2024.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, v. 2, n. 4, 2017. ISSN: 2447-8717. Disponível em: <https://periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em: 8 out. 2024

QUARESMA, P. F.; FREITAS, A. C. P. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR): gestão de políticas públicas para a agricultura familiar do estado do Amapá. **Comitê Científico**, p. 45, 2023.

RIBEIRO, E. M. et al. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas**, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <https://aspta.org.br/files/2014/10/Artigo-1-Programa-de-apoio-%C3%A0s-feiras-e-%C3%A0-agricultura-familiar-no-Jequitinhonha-mineiro1.pdf>. Acesso em: 7 out. 2024.

RURAP - Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**. Governo do Estado do Amapá,

2024. Disponível em: <https://rurap.portal.ap.gov.br/conteudo/programas-e-projetos/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SANTOS, G. T. **Programa de aquisição de alimentos (PAA) no Estado do Amapá: contribuições e limitações para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão** (2010–2018). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2020a. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2022/10/DISSERTACAO-GEOVANE-TAVARES-DOS-SANTOS.pdf>. Acesso em: 7 out. 2024.

SANTOS, L. F. **Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela agricultura familiar: quadro teórico-analítico e evidências empíricas em territórios rurais**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020b. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstreams/abf6a352-340c-4115-802c-3107bd24447e/download>. Acesso em: 7 out. 2024.

SARTORI, Giovanni. Elementos de teoría política. **Revista del Instituto Electoral del Estado de México. Apuntes Electorales**, v. 7, n. 32, p. 207-208, 2008. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=+%28Sartori%2C+2008%29+ESTADO&oq=. Acesso em: 9 out. 2024

SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Programa de Aquisição de Alimentos registra o maior valor de sua história para o quadrimestre na modalidade Compra com Doação Simultânea**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/paa-bate-recorde-de-execucao-de-r-84-milhoes>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, C. E. M. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**, v. 3, n. 1, p. 46-63, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366082280_Modo_de_apropriacao_da_natureza_e_territorialidade_camponesa_revisitando_e_resignificando_o_conceito_de_campesinato. Acesso em: 7 out. 2024.

SILVA, I. C; FILOCREÃO, A. S. M. Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados no assentamento agroextrativista do Anauerapucu-AP. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 2, p. 121-147, 2016. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/5379>. Acesso em: 7 out. 2024.

SILVA, I. C. Agricultura familiar na região do Alto Juruá-AM. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 110, p. 233-256, São Paulo, 2023. Doi: <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i110.3129>. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3129>. Acesso em: 7 out. 2024.

SILVA, J. G; GROSSI, M. E; FRANÇA, C. G. **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/a9c71148-071e-45c6-96d7-11db6e30a9b6/content>. Acesso em: 7 out. 2024.

SUZUKI, J. C; MARTINS, M. H. Jovens quilombolas e a mobilidade do trabalho nas Comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Rio Ribeira de Iguape–São Paulo. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 4, n. 1, p. 207-234, 2015. Disponível

em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5842617>. Acesso em: 15 out. 2024

UENO, V. A. et al. Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo. In: **Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, 7., 2016, Araraquara. Anais [...].

Araraquara: Uniara, 2016. Disponível em:

<https://www.semanticscholar.org/paper/Estrat%C3%A9gias-de-comercializa%C3%A7%C3%A3o-da-agricultura-de-em-Ueno-Neves/82c095d3f732cab110387180abda8bc207d158ae>. Acesso em: 7 out. 2024.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.